



REQUERIMENTO	Número	/	(.a)	
PERGUNTA	Número	/	(. ^a)	
Assunto:					
Destinatário:					

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A promoção e proteção de edifícios considerados de património imobiliário público constitui uma componente relevante da identidade histórica, cultural e social do país, e um elemento rico e diferenciador para a atratividade das regiões e para o desenvolvimento do turismo.

Tendo por objetivo a promoção e agilização dos processos de reabilitação e valorização de património público que se encontra devoluto, o XXII Governo Constitucional criou o Programa REVIVE, programa que pretende tornar aptos para afetação a atividades o património considerado de relevo podendo desta forma reforçar a atratividade, criando novos polos turísticos que alavanquem a economia, contribuindo desta forma para a coesão económica, social e territorial.

O Paço Real de Caxias, situada no concelho de Oeiras, é um ativo estratégico pelo que deve ser assegurada a sua preservação, a sua valorização permitindo, através de concessão da sua exploração que o investimento privado desenvolva projetos turísticos.

Situa -se em frente à linha de costa, e foi construído em meados do século XVII, por iniciativa do Infante D. Francisco de Bragança, tendo sido concluído por D. Pedro V, que o utilizou como residência de férias da família real. Inicialmente incluía a quinta, os jardins geométricos de influência francesa, inspirados nos jardins do Palácio de Versalhes, e a cascata da segunda metade do século XVIII.

Destacam-se ainda diversas esculturas nos jardins, os tetos pintados e os azulejos azuis e brancos na fachada do edifício principal.

A 25 de janeiro de 2020 o XXII Governo Constitucional, comunica "a adjudicação de uma área bruta total de construção é cerca de 5.816,93 m², que permitirá a instalação de um Hotel com cerca de 120 quartos neste local classificado com Imóvel de Interesse Público desde 1953."

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos a V. Exa., Senhor Presidente da Assembleia da República, que o Governo, por intermédio do Senhor Ministro da Economia e do Mar informe, no âmbito das suas competências, quando se inicia a reabilitação do Paço da Quinta Real? E quando se prevê, que esta, cumprindo o cronograma previsto, possa estar concluída.

Palácio de São Bento, 25 de maio de 2022

Deputado(a)s

ALEXANDRA TAVARES DE MOURA(PS)

MARCOS PERESTRELLO(PS)

RITA BORGES MADEIRA(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

JOÃO MIGUEL NICOLAU(PS)

PEDRO CEGONHO(PS)

RICARDO LIMA(PS)

MIGUEL CABRITA(PS)

PAULO MARQUES(PS)